



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024  
PAD 18817/2023

ANEXO V  
**MINUTA**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ E A EMPRESA

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações pertinentes, e em conformidade com a proposta de preços vencedora do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede em ....., na Rua ....., nº ....., bairro ....., CEP: ....., telefone: (.....) ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva de 2 (duas) Impressoras a Laser**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de referência anexo a este Contrato.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência – Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - Sobre o regime de execução, nos termos do art. 6º da Lei nº. 14.133/2021, inciso XXVIII, o objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**2.1** - Das especificações e quantitativos:

Descrição	Unid. de medida	Qtd	SIASG
Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - Impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C7000P	un	1	27138
Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C224	un	1	

**2.2** - As especificações quanto a prestação dos serviços e demais condições estão discriminadas nos Itens 3 e 4 do Termo de Referência – Anexo I.

**2.3** - Tanto a entrega quanto o recebimento do objeto ocorrerão conforme prazos e condições estipuladas no item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

**2.4** - Do local de prestação dos serviços:

**2.4.1** – Os serviços de manutenção deverão ser realizados na sala da Assistência de Serviços Gráficos, localizada no piso preto do prédio principal do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR, mediante prévio agendamento junto à Assistência de Comunicação Visual (ASCV) ou à Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM), através dos telefones (41) 3330-8300 ou (41) 3330-8535, respectivamente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1**- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1** - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante deste contrato.

**4.2** - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

**4.3** - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser extinto nos termos da lei, ou prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido nº \_\_\_\_\_;

Notas de Empenho: 2024NE\_\_\_\_, emitidas \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.

Categoria Econômica: Custeio;

Código do SIASG: **27138**

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**8.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, o valor total estimado de R\$ ..... (.....), conforme a seguir discriminado:

Descrição	Unid. de medida	Qtd	Período (meses)	Valor Mensal	Valor Total
Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - Impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C7000P	un	1	24		
Serviço de Manutenção preventiva e corretiva - impressora a Laser, Konica Minolta Bizhub C224		1			

**8.1.1 - Dos Custos Acessórios:** Fica estimado para aquisição de peças acima de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**8.1.1.1** - As peças de valores até R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) deverão ser custeadas pela Contratada, sem ônus para o Contratante.

**8.1.2** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

**8.1.3** - O pagamento por cada um dos fornecimentos estará sujeito às regras constantes no Instrumento de Medição de Resultado - Anexo II.

**8.2** - Do documento fiscal:

**8.2.1** - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, na Assessoria de Cerimonial, através dos e-mails: [ascv@tre-pr.jus.br](mailto:ascv@tre-pr.jus.br) e [secom@tre-pr.jus.br](mailto:secom@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**8.2.1.1** - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**8.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA

- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

### **8.3 - Das condições do pagamento:**

**8.3.1** - O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com o item 7 do Termo de Referência – Anexo I, e somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**8.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**8.3.2.1.** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.3.2.2** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10(dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**8.3.2.3** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.3.3** - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.4** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

**8.3.4.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**8.3.5** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**8.3.6** - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ :

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **8.4 - Da regularidade fiscal:**

**8.4.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.4.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.4.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**8.4.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.4.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE**

**9.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/07/2024, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.2.1** - Conforme o disposto no item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recaindo em EXTINÇÃO CONTRATUAL.

**10.2.1.1** - São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

Fatos Imputáveis	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na entrega do item contratado de acordo com as especificações;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

**10.2.1.2** - A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	a) Multa moratória pelo atraso injustificado nos prazos estabelecidos à execução do contrato, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 10 dias;	1% (um por cento) ao dia, incidindo sobre o valor mensal do contrato.
	b) Incidência dos serviços prestados pela CONTRATADA no Grau 4 da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios” por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) meses alternados, no mesmo exercício financeiro;	10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato
	c) Descumprimento reiterado às obrigações das normas de sustentabilidade, estipuladas no presente instrumento, inclusive quanto à falta de uso de EPIs na execução dos serviços.	
GRAVE	d) Atraso injustificado superior ao estabelecido na alínea “a”, com limite de 30 (trinta dias), configurando inadimplemento parcial.	15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato.
	e) incidência dos serviços prestados pela CONTRATADA no Grau 4 da “Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios” constante no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, no período que compreende os 03 (três) meses que antecedem ao pleito eleitoral e no mês que antecede o fechamento de cadastro eleitoral.	20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato.

	f) incidência de percentual de glosas no mês superior a 10% (dez por cento)	
	g) não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.  h) inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas ou pela não prestação da garantia técnica das peças, bem como dos serviços prestados;	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	i) incidência de quaisquer danos aos equipamentos, causados pelos profissionais, sem a reposição do bem pertinente, ou pelo fornecimento/reposição de peças incompatíveis com os equipamentos.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	j) Multa compensatória em razão de:  I – Atraso injustificado superior ao estabelecido na alínea “d”, configurando inexecução total do contrato, com a consequente extinção unilateral da contratação.  II - Irregularidades NÃO sanadas perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS e Fazenda Federal, implicando extinção unilateral do contrato.  III - inadimplemento total do contrato, pela cessação da prestação dos serviços, ou pela não prestação da garantia dos serviços e dos materiais fornecidos pelo prazo previsto em contrato e/ou nos termos do Código de Defesa do Consumidor.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

**10.2.2** - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea c) e incisos do item b), Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

**10.2.3** - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.
- f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

**10.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**10.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**10.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração



Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1** - Ficarão o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**11.2** - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

<sup>1</sup> Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.